

Evento: XXVII Jornada de Pesquisa

**A MONOPARENTALIDADE E A SOBRECARGA DE TRABALHO: A MULHER
COMO SOBREVIVENTE E PROVIDORA DA FAMÍLIA¹**

**SINGLE PARENTALITY AND WORKLOAD: THE WOMAN AS A SURVIVOR AND PROVIDER
FOR THE FAMILY**

Larissa Franco Vogt², Mariele Cassia Boschetti Dal Forno³, Victória Pedrazzi⁴

¹ Projeto de pesquisa desenvolvido no Programa de Pós Graduação em Direito da UNIJUI.

² Mestranda em Direitos Humanos no Programa de Pós-graduação em Direito da UNIJUI. Bolsista CAPES. Integrante do Grupo de Pesquisa Fundamentação Crítica dos Direitos Humanos Ijuí, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: larissa.vogt@sou.unijui.edu.br

³ Mestranda em Direitos Humanos no Programa de Pós-graduação em Direito da UNIJUI. Bolsista CAPES. Integrante do Grupo de Pesquisa Biopolítica e Direitos Humanos. Ijuí, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: mariele.boschetti@sou.unijui.edu.br

⁴ Mestranda em Direitos Humanos no Programa de Pós-graduação em Direito da UNIJUI. Bolsista CAPES. Integrante do Grupo de Pesquisa Biopolítica e Direitos Humanos. Ijuí, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: pedrazzivictoria@gmail.com

RESUMO

De acordo com o estabelecido, através do sistema patriarcal, sabe-se que a mulher na sociedade sempre possuiu um papel submisso e voltada para a maternidade. Porém, na contemporaneidade, os modelos familiares vêm sofrendo alterações, passando de família “tradicional” para família monoparental, onde o sustento da família provém ou do pai, ou da mãe. Sendo assim, devido a desigualdade de gênero e social que ainda existe nos dias atuais entre homens e mulheres, percebe-se que uma grande parte dessas mulheres estão no lugar de provedoras da família sobrevivendo em situações precárias e de sobrecarga de trabalho para o sustento dos filhos e de si mesmas. Posto isso, o presente artigo tem como objetivo buscar quais os efeitos sociais e psicológicos, tendo em vista que muitas mulheres vivem em situação de pobreza em trabalhos precários, sendo um destes, a prostituição.

Palavras-chave: Família Monoparental; Pobreza; Patriarcado; Prostituição;

ABSTRACT

According to what was established, through the patriarchal system, it is known that women in society have always had a submissive role and focused on motherhood. However, in contemporary times, family models have been undergoing changes, moving from a “traditional” family to a single parent family, where the family's livelihood comes from either the father or the mother. Therefore, due to the gender and social inequality that still exists today between men and women, it is clear that a large part of these women are in the place of family providers, surviving in precarious situations and work overload to support their children. children and themselves. That said, this article aims to seek the social and psychological effects, given that many women live in poverty in precarious jobs, one of which is prostitution.



Keywords: Single parent family; Poverty; Patriarchy; Prostitution;

INTRODUÇÃO

Historicamente, sabe-se que o papel da mulher sempre esteve associado a maternidade; as mulheres sempre foram confinadas ao espaço doméstico, enquanto os homens foram ganhando espaço e assumindo o poder de decisão e o domínio sobre o papel da mulher, que foi submetida a capacidade de gerar filhos, sendo essa, uma característica do sistema patriarcal (Meihy, 2015, pg 19). O patriarcado é um sistema social característico na maioria das culturas mundiais; Sigmund Freud, em sua obra Totem e Tabu (1913), coloca o patriarcado como uma instituição da cultura familiar, citando a horda primeva, fazendo assim referência a sociedade primitiva humana onde a liderança reinava sobre um “macho poderoso”.

Dessa forma, o patriarcado se define como um sistema em que os homens têm a tarefa de alimentar e proteger a família, assumindo todas as funções fora de casa. Às mulheres, cabem a organização do lar e a educação dos filhos (Priori, 2020, p. 10). Desde o século XV até os dias atuais, ainda vivemos em uma sociedade marcada pelo patriarcado, porém, a partir dos movimentos feministas nas décadas de 60 e 70, as mulheres passaram a definir seu papel na sociedade, intensificando sua independência na vida profissional e familiar. Em consequência disso, na atualidade, o conceito de família vem sofrendo alterações; o modo de família tradicional, constituído pelo pai, mãe e filhos já não é modelo de exemplo. A estrutura familiar cada vez mais comum se baseia no modelo monoparental, ou seja, que são chefiadas por apenas um dos genitores, em sua maioria, as mulheres (Leonardo; De Moraes, 2017, p. 15).

Acompanhou esse processo um vigoroso e exitoso — se considerada a visibilidade dada à condição das mulheres e o enorme conjunto de direitos que passou a vigorar, pelo menos na letra da Lei — movimento de busca de equidade entre homens e mulheres, questionando estereótipos e conceitos, reivindicando novos espaços e direitos. Num período de poucas décadas, as mulheres ultrapassaram os limites do mundo privado em busca do direito ao trabalho remunerado e à cidadania (Galeazzi, 2001, p. 62)

Na luta pela conquista dos direitos, mesmo com a presença feminina nas atividades econômicas, as desigualdades de gênero definem as relações sociais entre homens e mulheres



até os dias atuais. Devido ao sistema patriarcal ainda muito existente na sociedade, muitas mulheres encontram-se em desvantagens, expostas ao risco do desemprego e em empregos com remuneração inferior à dos homens (Galeazzi, 2001, p. 62).

Às mulheres cabem ocupações de mais baixo status, com menores oportunidades de desenvolvimento e ascensão ocupacional, e seus rendimentos do trabalho são, significativamente, mais baixos do que os auferidos pelos homens (Galeazzi, 2001, p. 62).

METODOLOGIA

A metodologia aqui presente neste artigo caracteriza-se como uma pesquisa teórica, sendo realizada através de leituras a partir de livros, dissertações e artigos de fontes eletrônicas, visando abordar o tema da mulher como provedora da família e buscar quais os efeitos sociais e psicológicos, tendo em vista a pobreza e as precariedades que algumas se encontram. A revisão bibliográfica se deu através de fontes primárias e secundárias, onde a seleção do material foi submetido ao campo da história, sociologia, direitos humanos e direito das mulheres.

Posto isso, propõe-se com esta pesquisa, dar visibilidade às mulheres que se encontram em situação de extrema pobreza e vulnerabilidade e espera-se que contribua para mais pesquisas além de favorecer possíveis projetos de leis e políticas públicas referentes a essa temática.

DESENVOLVIMENTO

Há um bom tempo a condição de pobreza é estudada dentro das ciências sociais e de acordo com Raiher (2016, p. 116), a partir da década de 1960, o debate se intensificou, adquirindo uma expressividade ainda maior, principalmente dentro da economia, com o avanço da industrialização, urbanização, juntamente com a queda da taxa de fecundidade, elevando a possibilidade de mulheres entrarem no mercado de trabalho. De acordo com Couto-Oliveira (2007, p. 32), no Brasil, uma pessoa é considerada pobre se a renda familiar per capita é igual ou inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo.

O debate sobre a pobreza e a definição do que é a pobreza gera conflitos pois a noção da pobreza pode ser entendida de uma maneira muito subjetiva, onde cada indivíduo apresenta uma percepção sobre a sua condição social, com vinculações sobre o nível de renda



financeira adequada para suprir suas necessidades básicas. Portanto, como diz Silva (2013, p. 112), a pobreza pode ser compreendida apenas como insuficiência de renda ou como um fenômeno complexo que envolve múltiplas dimensões.

(...) dimensões importantes para uma avaliação multidimensional da pobreza, como inserção social ou participação política, por exemplo, não são captadas pelas pesquisas domiciliares regulares, o que acaba também impondo limites a este tipo de solução. Além disso, índices de pobreza pecam pela falta de praticidade, tanto no cálculo como na compreensão, o que é vantagem das linhas estritamente focadas na insuficiência de renda (Silva, 2013, p. 112)

As mulheres em situação de pobreza possuem diversas dificuldades que estão atreladas a desigualdade de gênero; além da sobrecarga laboral, as mulheres pobres lidam com outras dificuldades geradoras de estresse como donas de casa, chefes de família, criação dos filhos - e muitas vezes de netos -, situação precária de saúde, e muitas vezes, vivem sob ameaça da miséria e fome (ibid, p. 36).

Na maior parte dos casos, as mulheres de baixo nível social estão chefiando as famílias e, conseqüentemente, além de possuírem um baixo nível educacional e de qualificação, estão inseridas no mercado de trabalho informal, em péssimas condições e salários.

As mulheres estão mais centradas em atividades informais e de menor remuneração, deixando-as mais expostas ao desemprego. E, de fato, dados apontam que as taxas de desemprego feminino são significativamente maiores que as taxas de desemprego masculino (Couto-Oliveira, 2007, p. 37).

Isso ocorre devido à negação da figura masculina em assumir o lar, pela condição de viúvas, mães solas, etc. Além de atuarem como chefes de família levando o sustento para dentro de casa, essas mulheres se encontram em situações vulneráveis socialmente, colocando-se, além da função materna, na função paterna, tentando cumprir integralmente as despesas e afeto que a família necessita (Leonardo; De Moraes, 2017, p. 12-13). Essas mulheres chefes de família, sofrem com esse modelo monoparental sendo marginalizadas pela



sociedade e isso ocorre pelo fato de a sociedade brasileira ser extremamente tradicionalista (ibid, p. 17). Pode-se confirmar essa ideia através de uma fala do ex vice-presidente Hamilton Mourão, em um evento do Sindicato da Habitação (Secovi), em São Paulo, no dia 17 de setembro de 2018:

A partir do momento em que a família é dissociada, surgem os problemas sociais. Atacam eminentemente nas áreas carentes, onde não há pai e avô, é mãe e avó. E, por isso, torna-se realmente uma fábrica de elementos desajustados que tendem a ingressar nessas narcoquadrilhas (Época Negócios, 2018).

Desde a década de 1970, a pobreza começou a ser analisada em uma perspectiva de gênero, pois geralmente, identificava-se um aumento de mulheres em situação de pobreza, o que foi denominado como feminização da pobreza. Porém, essa feminização não deve ser confundida com a predominância de níveis maiores de pobreza entre as mulheres e as famílias chefiadas por elas, mas por uma mudança no perfil atual da pobreza, estando ligada com o crescimento da pobreza entre as mulheres ao longo do tempo (Raiher, 2016, p. 117-118).

Segundo Lavinias (1996, p. 464), a feminização da pobreza aparece como um fenômeno atual, surgindo uma categoria sexuada que parece ter características próprias. A instabilidade conjugal e as mudanças nas estruturas familiares, provoca os setores mais empobrecidos da sociedade, onde a mulher acumula sozinha funções de provedora, dona de casa, mãe de família. O número de famílias chefiadas por mulheres vem de um crescimento alto, onde as famílias estão em situação de vulnerabilidade em razão do alto grau de discriminação que as mulheres sofrem no mercado de trabalho. Outra questão muito importante que a mesma autora coloca, é sobre as lutas de reconhecimento de gênero e a sua penalização e mobilização em torno dos direitos reprodutivos (ibid, p. 466), pois sabe-se que a população que mais é submetida a processos de esterilização forçada, são as mulheres negras e pobres devido ao fato de que não possuem os mesmos acessos à educação sexual, contraceptivos, e exames, sendo essas mulheres que mais morrem em clínicas clandestinas de aborto, como diz Nielsen (2022, p. 27).



Por esse prisma, a mulher chefe da família monoparental age sozinha cumprindo várias funções no âmbito doméstico e, em muitas vezes, se dedicam integralmente à família e suplantam seus desejos e as realizações pessoais a fim de cuidar somente do lar, tornando-as o arrimo e o porto seguro. (Leonardo; De Moraes, 2017, p. 16)

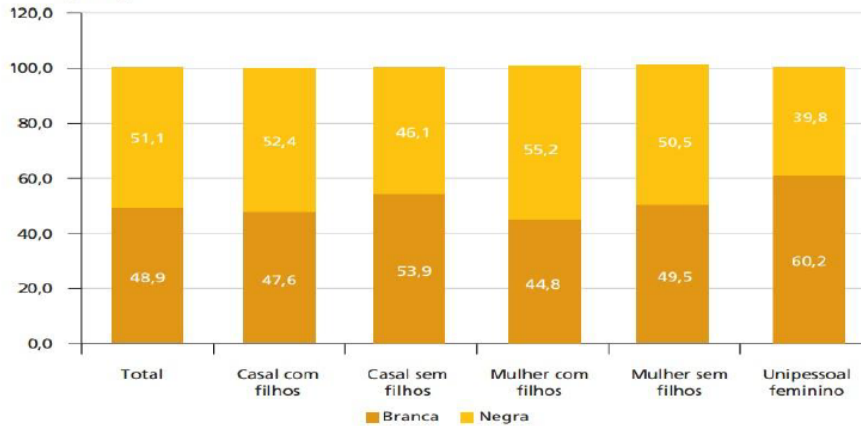
Raiher (2016, p. 118) reconhece que o gênero é um fator que determina a pobreza aumentando a vulnerabilidade da mulher pela questão etarista, de etnia, raça, falta de educação - colocando-as em lugares inferiores no mercado de trabalho -, além de muitas vezes, permanecerem em relacionamentos abusivos para evitar que ela e os filhos fiquem imersos na pobreza. Segundo Couto-Oliveira (2007, p. 51-52), para muitas mulheres, o “existir em si” é suprimido pelo existir no outro e para o outro. Assim, muitas mulheres em situação de pobreza relatam que se sentem más mães, esposas e provedoras, características que são identificadas na sociedade como exclusiva das mulheres e reporta a discriminação de gênero na sociedade, acarretando em doenças psíquicas, como a depressão.

(...) mulheres que sofrem ou já sofreram violência física e/ou sexual perpetrada por parceiro íntimo, relatam níveis de estresse emocional significativamente maiores que aquelas mulheres não abusadas. (Couto-Oliveira, 2007, p. 53).

O adoecimento mental acaba sendo comprometido devido ao papel social e familiar que essas mulheres pobres ocupam e, com isso, temos a exclusão das mulheres negras em níveis de pobreza. Essa situação é acentuada quando associada a questões de gênero e raça. De acordo com Babiuk (2017, p. 4), analisando um estudo realizado pelo IPEA em 2013, comprova que 55,2% das mulheres negras são chefes de família, conforme mostrado no gráfico abaixo.



Distribuição dos arranjos familiares chefiados por mulheres, segundo a raça/cor da chefe – Brasil (2009)
(Em %)



Fonte: Babiuk, Graciele Alves. Famílias monoparentais femininas, políticas públicas em gênero e raça e serviço social. 2017.

Tatiana Dias Silva em sua escrita sobre Mulheres Negras, Pobreza e Desigualdade de renda (2013, p. 110), faz uma comparação entre as mulheres brancas e negras, onde diz que para as mulheres negras de classes sociais mais baixas, a participação no mundo de trabalho é precoce e precarizada, enquanto que, para as mulheres brancas de classes sociais médias, a inserção no mercado de trabalho remunerado não é tão precoce e possui melhores condições de trabalho.

O reconhecimento dessa invisibilidade, bem como o questionamento e embate promovido pelo feminismo negro, permitiu perseguir uma visão mais plural do debate de gênero e das perspectivas de subordinação a que estavam submetidas mulheres negras. Neste contexto, a percepção da vivência de uma “dupla discriminação” experimentada por estas mulheres se tornou bastante discutida, respaldada pela expressiva desigualdade que estrutura o espaço social destes sujeitos e pelas denúncias do movimento negro. (Silva, 2013, p. 110)

Ainda analisando o estudo de Silva (2013), foi constatado que a participação de pessoas negras em classes sociais extremamente pobres é sempre maior, e este dado não tem sofrido grandes alterações nas últimas décadas. Entre os dados coletados pela pesquisadora, no ano de 2009, a população em extrema pobreza era 48% de homens, 52% de mulheres, e



dentre esses, 74% eram constituídos por pessoas pretas, pardas ou indígenas. Outro dado de extrema importância, é o que demonstrou que entre as mulheres brancas, a taxa de desemprego é de 70% superior à dos homens brancos, enquanto o desemprego de mulheres pretas passa de 130%. (p. 115). A partir desta pesquisa, percebemos que as mulheres negras são representadas em sua maioria, em serviços sociais como funções de doméstica, educação e de saúde, o que reforça a função do cuidado e os papéis de mulheres em geral e de mulheres negras.

Para além de todo o exposto, temos outra situação: muitas dessas mulheres, na intenção de se manter como provedoras da família, buscam a prostituição como uma saída. Mary Del Priori traz em seu livro *Sobreviventes e Guerreiras* (2020), que a rua era o único lugar onde as mulheres pobres poderiam exercer sua “liberdade”, principalmente as mulheres negras que trabalham em casas de família. Em meados do século XVIII, as mulheres, acompanhadas ou sozinhas, além de assumir tarefas na divisão de trabalho, se sustentavam, em casa com tarefas domésticas ou na rua. Pode-se dizer, que desde o princípio, mulheres podem ser consideradas empreendedoras, guerreiras e sobreviventes, ainda que aparentemente submissas ao modelo patriarcal (Priori, 2020, p. 67). Porém, além de todos os estigmas que a mulher pobre já enfrenta, a prostituição se torna mais um fator de exclusão social, imoral, aversiva ou estranha e as prostitutas são demonizadas pela sociedade (Gois; Lima, 2013, p. 71). As revoluções feministas e sexuais nas décadas de 1960 e 1970 trouxeram uma nova perspectiva para as mulheres em termos de igualdade social e política, mas para as prostitutas, persistia e ainda persiste uma representação social muito negativa.

Gois e Lima (2013, p. 75), colocam que as prostitutas são representadas por dois mundos: o de fora e o de dentro; o mundo de fora refere-se ao mundo moralista, de comportamentos corretos, enquanto o mundo de dentro, seria o mundo com comportamentos, expressões e valores não compatíveis com o mundo de fora. “A divisão entre esses “mundos” é tão cristalizada que não só se dimensiona no plano psicológico, como também (...) os espaços simbólicos de conduta moral expressam-se em territórios físicos”. Percebe-se o preconceito e a violência sofrida por essa população, no momento em que “um muro é erguido contra elas, para delimitar o seu mundo marginalizado, de mulheres ‘corrompidas pela devassidão’ do mundo de fora ‘da virtude e da ética’ ”. Dessa forma, no imaginário



social, ainda se mantém ideias negativas sobre as mulheres em situação de prostituição considerada como “errado”, “transgressão”, “absurdo”, “destruição” e “feio” (ibid, p. 85).

A partir disto, é possível notar um moralismo superficial causador de injustiças à negação de direitos às profissionais do sexo, onde sua existência nunca deixou de ser fomentada pela própria sociedade que a condena. (Fedocci, 2019, p. 1). Porém, se faz necessário discutir qual a motivação da entrada no campo da prostituição, pois em sua maioria, as mulheres prostitutas vivem em situação de vulnerabilidade social, encontrando na profissão, uma oportunidade de complementar a renda para sua sobrevivência diante da pobreza em que vive (ibid, p. 2).

Ademais, é necessário pensar, antes do lugar da prostituta, o da mulher. Com a situação de pobreza, aspectos significativos da saúde feminina são negligenciados devido ao nível sócio-econômico, educacional, etc; além do adoecimento psíquico, a saúde reprodutiva ainda é uma questão para as mulheres. Especialmente entre as mulheres pobres há uma grande preocupação com o planejamento familiar e com as doenças sexualmente transmissíveis como HIV/Aids. (Couto-Oliveira, 2007, p. 86).

A prostituição está voltada de tanto preconceito que é importante ressaltar que, além de executar a profissão de prostituta, as mulheres possuem também, outros papéis sociais já destacados, como mãe, avó, chefe de família, dentre outros. Cavour (2011, p. 72), na própria literatura, a mulher aparece como um ser inferior devido a sua condição de gênero, ou seja, sempre foi vista como submissa às ordens e desejos dos homens. Enquanto prostituta, a mulher teria uma condição ainda mais inferior, pois, além de já sofrer o estigma de ser mulher, ela também era pobre e mantinha uma vida imprópria, propensa a doenças venéreas, e para mais, não estaria seguindo as normas da instituição da família, que predizem que as mulheres deveriam casar e dedicar-se exclusivamente a família e aos trabalhos domésticos. Historicamente, a prostituição vem desde os tempos de escravidão, onde as mulheres escravas exerciam trabalhos na lavoura e inúmeras atividades cotidianas das fazendas, além de serem escravas sexuais de seus senhores. Já as mulheres livres e pobres eram vendedoras ambulantes de produtos artesanais feitos por elas próprias, empregadas nos armazéns, agricultoras de subsistência, costureiras, doceiras, prostitutas, etc. (ibid, p. 86-87).



Contemporaneamente, muitas mulheres em níveis de pobreza recorrem a prostituição como uma estratégia de sobrevivência para satisfazer as necessidades básicas como alimentação e moradia. Muitas vezes, é o único caminho quando não se tem abertura no mercado de trabalho, ocorrendo uma desesperança de encontrar uma ocupação diante do desemprego estrutural pela falta de escolaridade e baixa qualificação profissional. Para grande parte dessas mulheres em situação de prostituição, inicia como algo transitório para garantir sua sobrevivência por um tempo determinado, porém, àquelas que vivem em camadas sociais mais baixas, “a perspectiva de mudança de atividade torna-se mais difícil em virtude do contexto da crise do capital, da reestruturação produtiva e do desemprego estrutural”. (Corrêa; Holanda, 2012, p. 430). Sendo assim, a profissão da prostituição passa a se tornar uma das alternativas na busca pela sobrevivência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que a vida das mulheres é rodeada de arranjos na tentativa de dar conta das demandas sociais que estão submetidas e, para as mulheres em contexto de pobreza ou extrema pobreza, essas exigências são ainda maiores pois necessitam cuidar da sua própria sobrevivência e muitas vezes, da sobrevivência dos filhos. Além dos dados já anunciados neste presente escrito, cabe ressaltar que necessitamos de políticas públicas que trabalhem na diminuição da pobreza e no combate a desigualdade de gênero e raça.

(...) a ação que teria maior impacto na minimização da pobreza seria a geração de empregos. Incorporar a mulher no mercado de trabalho, com postos de trabalho de qualidade, melhores remunerações, com condições de trabalho decentes, com proteção social, atrelado a uma política que intensifique a disponibilidade de escolas infantis, visando o cuidado de seus filhos, certamente impactaria no controle do empobrecimento feminino. O resultado não se restringiria à mulher e seu domicílio no presente, mas, tais políticas interferiram na qualidade de vida de seus filhos e descendentes, contribuindo no rompimento da reprodução da pobreza futura. (Raiher, 2016, p. 126).



Destarte, é de extrema importância e necessidade que o Estado olhe para essas mulheres, pois elas enfrentam uma série de vulnerabilidades na sociedade, sendo responsáveis não apenas por si, mas muitas vezes, pela família. Além das dificuldades no âmbito do trabalho, pois vem de uma precariedade econômica que afeta diretamente o seio familiar, se lançando no mercado de trabalho em situações precárias para suprir a necessidade dos filhos. Atividade mal remunerada e informal, atividades domésticas, cuidado com a família e consigo mesma são fatores que condicionam essas mulheres a persistirem em trabalhos instáveis, persistindo em um rendimento inferior, mantendo essa feminização da pobreza, aumentando a problemática de gênero.

As mulheres cuidam somente da família, pois substituem e compensam a ausência paterna, de modo a serem o arrimo e o porto seguro dos lares. Assim sendo, a realidade das mulheres que agem com várias responsabilidades, além de serem mães e chefes de família, que entre a superação diária dos problemas e as possibilidades, buscam vencer a atual conjuntura de vulneráveis socialmente pelo próprio esforço e pelo viés da escassez de políticas sociais públicas exclusivas, numa sociedade que estabelece direitos e deveres a todos e prega a isonomia. (Leonardo; De Moraes, 2017,p. 20)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BABIUK, Graciele Alves. **Famílias monoparentais femininas, políticas públicas em gênero e raça e serviço social.** 2017.

CAVOUR, Renata Casemiro; JABLONSKI, B. **Mulheres de família: papéis e identidades da prostituta no contexto familiar.** Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2011.

CORRÊA, Willian Henrique; HOLANDA, Adriano Furtado. Prostituição e sentido de vida: relações de significado. *Psico-USF*, v. 17, p. 427-435, 2012.

COUTO-OLIVEIRA, Verusca. **Vida de mulher: gênero, pobreza, saúde mental e resiliência.** 2007.

Época Negócios, São Paulo, setembro de 2018. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2018/09/casa-de-mae-solteira-e-fabrica-de-d-esajustados-diz-mourao.html>>. Acesso em 10 de julho de 2023.



FEDOCCI, Cindy Carolina Benedetti. **É ASSIM QUE EU ME VEJO, ESSE É MEU TRABALHO, ESSE É MEU SUSTENTO: DUAS VISÕES ACERCA DA PROSTITUIÇÃO.** In: **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, 2019.

GALEAZZI, Irene M. S. **Mulheres Trabalhadoras: a chefia da família e os condicionantes de gênero.** Mulher e Trabalho; FEE. Porto Alegre, 2001. P. 61-68. Disponível em: <<http://cdn.fee.tche.br/mulher/2001/artigo4.pdf>>. Acesso em 09 de julho de 2023.

GOIS, Máira Lima de; LIMA, Marcus Eugênio Oliveira. **De dentro de fora e de fora de dentro: representações sociais da prostituição feminina.** Interações, 2013.

LAVINAS, Lena. As mulheres no universo da pobreza: o caso brasileiro. **Estudos Feministas**, v. 4, n. 2, p. 464, 1996.

LEONARDO, Francisco Antônio Morilhe; DE MORAIS, Ana Grazielle Longo. Família monoparental feminina: a mulher como chefe de família. **Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília**, v. 3, n. 1, p. 11-22, 2017.

MEIHY, José Carlos Sebe. **Prostituição à Brasileira.** São Paulo: Editora Contexto, março 2015.

PRIORI, Mary Del. **Sobreviventes e Guerreiras: uma breve história das mulheres no Brasil de 1500 a 2000.** São Paulo. Editora Planeta, 2020.

RAIHER, Augusta Pelinski. Condição de pobreza e a vulnerabilidade da mulher brasileira. **Informe Gepec**, v. 20, n. 1, p. 116-128, 2016.

SILVA, Tatiana Dias. Mulheres negras, pobreza e desigualdade de renda. **Dossiê Mulheres Negras**, p. 109, 2013.